



Município de Vale de Cambra

2

0

1

8

Relatório e Contas



Município de Vale de Cambra

2

0

1

8

Índice



Índice

1. Introdução.....	6
2. Organização do Município.....	9
2.1 - Assembleia Municipal.....	9
2.2 - Câmara Municipal.....	9
3. Participações do Município.....	13
3.1 – Participações Societárias.....	13
3.2 - Entidades Não Societárias.....	15
4. Endividamento.....	19
5. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício.....	23
6. Análise Económico-Financeira.....	25
6.1 – Balanço.....	25
6.2 – Demonstração de Resultados.....	27
7. Análise Orçamental.....	30
7.1 - Execução Global do Orçamento.....	30
7.2 - Modificações e Revisões ao Orçamento.....	32
7.3 - Execução do Orçamento da Receita.....	34
7.4 - Execução do Orçamento da Despesa.....	38
7.5 - Grandes Opções do Plano.....	43
7.6 - Serviço da Dívida.....	45
7.7 - Estrutura Orçamental – Rácios.....	46
7.8 - Resumo dos Fluxos de Caixa.....	47
8. Anexos às Demonstrações Financeiras.....	51
Introdução.....	51
8.1 - Caracterização da Entidade.....	52
8.1.1 - Identificação.....	52
8.1.2 - Legislação.....	52
8.1.3 - Estrutura Organizacional Efetiva.....	52
8.1.4 - Descrição Sumária das Atividades.....	53
8.1.5 - Recursos Humanos.....	53
8.1.6 - Organização Contabilística.....	54
8.1.7 - Outras Informações Relevantes.....	55
8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados.....	56
8.2.1 - Derrogação das Disposições do POCAL.....	56
8.2.2 - Comparabilidade.....	56
8.2.3 - Critérios Valorimétricos.....	56
8.2.7 - Movimentos do Ativo Imobilizado.....	59
8.2.8 - Movimentos Desagregados do Ativo Imobilizado.....	62
8.2.13 - Bens utilizados em regime de Locação Financeira.....	62
8.2.14 - Relação dos bens do Imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.....	62
8.2.15 – Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.....	63
8.2.16 - Investimentos Financeiros.....	64
8.2.22 - Valor Global das Rubricas de Cobrança Duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes no Balanço.....	64



8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantia e cauções prestadas e recibos de cobrança.....	64
8.2.27 - Provisões e Passivos Contingentes.....	65
8.2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 “Fundo Patrimonial” constantes do balanço.....	66
8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	68
8.2.31 - Demonstração dos Resultados Financeiros.....	68
8.2.32 - Demonstração dos Resultados Extraordinários.....	68
8.3 - Notas sobre o Processo Orçamental e Respetiva Execução.....	68
8.3.1.- Modificações ao Orçamento.....	68
8.3.2 - Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal.....	68
8.3.3 - Contratação Administrativa – Situação dos Contratos.....	69
8.3.4 - Transferências.....	69
8.3.6 - Endividamento.....	69
9 - Informações.....	71
9.1 - Redução dos pagamentos em atraso.....	71
9.2 - Contrato de empréstimo no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE).....	71
9.3 - Subscrição e Realização da participação financeira no Fundo de Apoio Municipal (FAM).....	71
Anexo 1 - Mapa das Participações da Entidade.....	74
Anexo 2 – Declarações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei 22/2015, de 17 de março.....	75
Anexo 3 - Organograma.....	76
Anexo 4 - Mapa do Ativo Bruto.....	77
Anexo 5 - Mapa Síntese dos Bens Inventariados.....	78
Anexo 6 - Mapa das Amortizações.....	79
Anexo 7 – Demonstração dos Resultados Financeiros.....	80
Anexo 8 – Demonstração dos Resultados Extraordinários.....	81
Anexo 9 – Declaração de Responsabilidade.....	82



Município de Vale de Cambra

2

0

1

8

Introdução



1. Introdução

O presente Relatório de Gestão procede a uma análise ao Município de Vale de Cambra no ano de 2018, mais concretamente ao nível da sua gestão, considerando essencialmente aspetos contabilísticos, económicos e financeiros.

A referida análise tem por base o Orçamento e as Grandes Opções do Plano (GOP) - subdivididas em Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipal – oportuna e devidamente aprovados pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Vale de Cambra no ano de 2017.

Adicionalmente, apresentam-se informações que estão alicerçadas em documentos contabilísticos que possuem um carácter que é essencialmente patrimonial, como é o caso de documentos essenciais como o Balanço, a Demonstração de Resultados e os Fluxos de Caixa, entre outros.

Consequentemente, os indicadores de gestão relacionados tanto com a receita como com a despesa são objeto de explicitações pormenorizadas no presente relatório.

Relativamente à estrutura da receita, efetuam-se análises quanto aos seus aspetos globais, à sua distribuição por classes, à sua evolução e à sua execução orçamental. No que diz respeito à despesa, os critérios de apresentação seguem caminhos semelhantes aos utilizados aquando da apresentação da receita. Ainda assim, procede-se à junção de análises ainda com mais detalhe e referentes à desagregação da despesa de capital pelos objetivos e programas que constituem o Plano Plurianual de Investimentos.

Compara-se também a receita arrecadada e a despesa paga, tendo em vista proceder ao apuramento do valor com vista a uma eventual revisão orçamental a ser incluída no Orçamento de 2019, procedendo sempre de acordo com a legislação em vigor.

Para cumprimento do objetivo essencial do presente relatório – informação coerente, útil e fíável, o relato das contas do Município de Vale de Cambra dispõe-se em mais oito pontos, que se juntam à presente introdução:

O primeiro ponto relativo à organização do município, ao nível da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal;



No segundo ponto são analisadas as participações do município no que diz respeito às participações societárias e às entidades não societárias;

O endividamento e suas implicações é devidamente explicado no terceiro ponto;

No quarto ponto é efetuada a proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício, de acordo com o preceituado na Lei;

A análise económico-financeira está remetida para o quinto ponto, com a apresentação e apreciação do balanço e da demonstração de resultados;

No sexto ponto é efetuada a análise orçamental, com apreciação das execuções orçamentais da receita e da despesa, do serviço da dívida, a apresentação de rácios e o resumo dos fluxos de caixa.

O sétimo ponto é dedicado aos anexos às demonstrações financeiras e, finalmente, apresentam-se informações relevantes diversas no oitavo ponto.

Assim, submete-se à apreciação e deliberação da Câmara Municipal, para posterior análise e aprovação pela Assembleia Municipal de Vale de Cambra, o presente Relatório de Gestão, acompanhado dos documentos de prestação de contas que dizem respeito ao ano de 2018 e que estão associados a esse relatório, dando-se cumprimento ao preceituado no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.



Município de Vale de Cambra

2

0

1

8

Organização do Município



2. Organização do Município

2.1 - Assembleia Municipal

Conforme o estipulado pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Vale de Cambra, órgão com funções essencialmente deliberativas e fiscalizadoras da atividade da Câmara Municipal, é constituída por 28 membros, dos quais 21 são eleitos diretamente e 7 por inerência, pois tratam-se de Presidentes de Junta.

A Mesa da Assembleia Municipal é, assim, constituída por:

Manuel Miguel Pinheiro Paiva, Dr. - Presidente

Nuno Miguel Pinheiro da Costa, Dr. - 1.º Secretário

Susana Marisa de Almeida Cunha da Silva, Drª - 2.º Secretário

2.2 - Câmara Municipal

Em conformidade com o nº1 do artigo 69º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e do disposto nos artigos 35º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal de Vale de Cambra, tem a seguinte constituição:

PRESIDENTE

José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva

Despacho 1P/2017, de 20 de outubro

- Proteção Civil
- Proteção Florestal
- Obras Municipais
- Rede Viária
- Juntas de Freguesia
- Turismo
- Toponímia
- Apoio ao Empresário e Emprego
- Gestão de Candidaturas



- Viaturas e Máquinas
- Imprensa e Relações Públicas
- Assuntos Jurídicos
- Actas

VEREADORES

António Alberto Almeida de Matos Gomes

Despacho 1/P/2017, de 20 de Outubro

- Ordenamento do Território
- Licenciamento de Obras Particulares
- Estudos e Projetos
- SIG
- Finanças e Património Municipal
- Gestão Cemiterial
- Gestão do Serviço de Fiscalização
- Expropriações
- Iluminação Pública

Maria Catarina Lopes Paiva

Despacho 1/P/2017, de 20 de outubro

- Educação
- Equipamentos Escolares
- Ação Social
- Saúde
- Modernização Administrativa e Qualidade
- Recursos Humanos
- Mobilidade
- Informática
- Taxas e Licenças
- Comércio, Mercado e Feiras
- Execuções Fiscais
- SAM



Daniela Sofia Paiva da Silva

Despacho 9/P/2017, de 25 de outubro

- Cultura
- Desporto e Tempos Livres
- Gestão dos Equipamentos de Cultura e Desporto
- Apoio ao Associativismo
- Juventude
- Arquivo
- Metrologia
- Defesa do Consumidor

José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho

Despacho 9/P/2017, de 25 de outubro

- Ambiente
- Higiene Urbana e Resíduos Sólidos
- Abastecimento de Água e Saneamento Básico
- Gestão de Espaços Públicos
- Espaços Verdes
- Trânsito e Sinalização
- Gabinete Alimentar e de Veterinária e Via Verde para a Agricultura

José Pedro Vieira Almeida *(sem pelouro atribuído)*

Nelson Silva Martins *(sem pelouro atribuído)*



Município de Vale de Cambra

2

0

1

8

Participações do Município



3. Participações do Município

3.1 – Participações Societárias

O Município de Vale de Cambra detém participações sociais nas empresas e outras entidades discriminadas nos quadros abaixo e pelos valores neles expressos.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013 (Regime Financeiro das Autarquias Locais - RFAL) passam a entrar no perímetro de consolidação deste Município a Ersuc e a Município, como entidades societárias.

Pese embora o Município de Vale de Cambra não apresente contas consolidadas, estas participações devem ser contabilizadas pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

Entidades participadas valorizadas pelo MEP:

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	PARCELA DETIDA	%	CAPITAIS PRÓPRIOS A 31.12.2017	CAPITAIS PRÓPRIOS A 31.12.2018	RESULTADO LÍQUIDO A 31.12.2018
Município – Empresa de Cartografia e Sist. Informação, S.A.	24 950,00	0,80%	3 336 854,90	3 342 947,98	6 093,08
ERSUC – Resíduos Sólidos Centro, S.A.	96 275,00	1,13%	47 293 318,00	43 658 508,00	90 068,00

Impacto da aplicação do MEP:

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	VALOR DA PARTICIPAÇÃO EM 31.12.2017	GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS	DIVIDENDOS	VALOR DA PARTICIPAÇÃO EM 31.12.2018
Município – Empresa de Cartografia e Sist. Informação, S.A.	26 694,84	48,74	0,00	26 743,58
ERSUC – Resíduos Sólidos Centro, S.A.	157 803,37	1 021,75	5 103,49	153 721,62

O Método de Equivalência Patrimonial à ERSUC é aplicado ao total do Capital Próprio desta entidade, excluindo o valor dos Subsídios ao Investimento que no Pocal pertencem ao Passivo e não ao Capital Próprio.



Verificou-se a extinção da concessão existente entre o Município e a VCP – Parque de Estacionamento de Vale de Cambra, S.A., tendo sido efetuado o pagamento pelo Município àquela entidade no valor de 7.492.325€, durante o ano de 2017. Esta sociedade, na qual o Município detinha uma participação de 49% encerrou o processo de liquidação em 16-07-2018. De acordo com o Relatório de Gestão desta Entidade, “Em reunião do Conselho de Administração, foi decidido atribuir todo o ativo disponível aos acionistas privados, para restituição de capital, uma vez que o Município de Vale de Cambra já tinha sido ressarcido da sua entrada de capital (em espécie), o direito de superfície”.

Nota: Mais desenvolvimentos relativos aos Investimentos Financeiros no Ponto 8.2.3.3 do Relatório.

Valorização ao custo histórico:

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	CAPITAL SOCIAL	PARTICIPAÇÃO	%
Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A.	20 500 000,00	3 895,00	0,02%



3.2 - Entidades Não Societárias

O impacto da aplicação do MEP à Associação de Municípios Terras de Santa Maria (AMTSM) pode ser apresentado da seguinte forma:

Valorização pelo MEP:

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	PARTICIPAÇÃO EM 31.12.2018	%	CAPITAIS PRÓPRIOS A 31.12.2017	CAPITAIS PRÓPRIOS A 31.12.2018	RESULTADO LÍQUIDO A 31.12.2018
AMTSM – Associação de Municípios Terras de Santa Maria	592 443,11	16,67%	3 642 367,83	3 554 658,70	-87 709,13

Impacto da aplicação do MEP:

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	VALOR DA PARTICIPAÇÃO EM 31.12.2017	AJUSTAMENTOS DE CAPITAL	PERDAS EM ENTIDADES PARTICIPADAS	VALOR DA PARTICIPAÇÃO EM 31.12.2018
AMTSM – Associação de Municípios Terras de Santa Maria	614 292,41	-7 231,11	14 618,19	592 443,11

Importa salientar que foi aplicado o Método de Equivalência Patrimonial às contas provisórias da Associação de Municípios Terras de Santa Maria.

Outras Entidades Não Societárias

Relativamente às outras entidades não societárias, apresentadas abaixo, o Município não tem registadas quaisquer participações financeiras, tendo todas as transferências efetuadas sido registadas como custos do período.

Área Metropolitana do Porto
Foresp
ANMP
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.
ADRIMAG (Associação Desenvolvimento Rural Integrado Serras Montemuro, Arada e Gralheira)
Energaia – Agência Energia Sul Área Metropolitana do Porto



Fluxos Financeiros

No ano 2018 os fluxos financeiros do Município para as entidades em que participa, por transferências e subsídios ascenderam a:

Entidade	Valor
AMP - Área Metropolitana do Porto	
<u>Quotização</u>	<u>34.245,00€</u>
FORESP - Associação para a Formação e Especialização Tecnológica	
<u>Acordo de Colaboração</u>	<u>36.000,00€</u>
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	
<u>Quotização</u>	<u>4.870,68€</u>
AMTSM - Associação de Municípios Terras de Santa Maria	
<u>Transferências – Atividades</u>	<u>343.901,64€</u>
ADRMAG - Assoc. Desenv, Rural, Int. Serras Montemuro, Arada e Gralheira	
<u>Quotização e Projetos</u>	<u>25.088,56€</u>
ENERGAIA - Agência de Energia do Sul da área Metropolitana do Porto	
<u>Quotização – Atividades</u>	<u>6.976,69€</u>
TURISMO do Porto e Norte de Portugal	
<u>Quotização</u>	<u>1.500,00€</u>



Os fluxos financeiros das entidades participadas para o Município, por dividendos foram os seguintes:

Entidade	Valor
Ersuc- Resíduos Sólidos do Centro, SA (Dividendos do exercício de 2017)	<u>5.103,49€</u>
Lusitaniagás – Companhia de gás do Centro, S.A. (Dividendos do exercício de 2017)	<u>1.538,61€</u>

O Mapa das Participações da Entidade, com maior detalhe sobre cada uma das participadas, encontra-se em anexo – anexo 1.



Município de Vale de Cambra

2

0

1

8

Endividamento



4. Endividamento

A preocupação generalizada com o controlo dos défices orçamentais e do endividamento público e a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial fiável e oportuna que possibilite a tomada de decisões e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos sempre escassos recursos financeiros, conduz-nos a uma análise aos elementos respeitantes aos empréstimos de médio e longo prazo através da utilização do documento n.º 26 da prestação de contas de 2018, sendo que podem também ser analisados os dados presentes no ponto 7.6 – Serviço da Dívida do presente relatório.

O impacto ao nível do controlo do endividamento autárquico nos últimos anos tem confirmado todo o processo modificativo que se tem vindo a redesenhar em torno da gestão autárquica através das sucessivas alterações que se têm verificado nas molduras legais que delimitam as esferas organizacional, financeira e contabilística da administração local.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, foram introduzidas alterações legislativas relevantes, entre as quais se destacam as respeitantes à execução e controlo orçamentais, ao regime de crédito e endividamento municipal, aos deveres de informação e transparência e à prestação de contas individuais e consolidadas.

Relativamente ao endividamento o perímetro das entidades relevantes para os limites legais de endividamento do Município foi alargado a todas as entidades, independentemente da sua natureza, em que o Município participe ou sobre as quais detenha poderes de controlo.

Neste sentido, por força da referida Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, nomeadamente do seu artigo 52.º, a dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º da mesma Lei, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.



Município de Vale de Cambra

LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL 2018

Receitas Correntes Líquidas		Montante
Ano	2015	13 131 905,28
	2016	13 154 554,67
	2017	13 340 014,65
	Total	39 626 474,60
Valor de referência		13 208 824,87
Limite máximo 150% a 31/12/2017		19 813 237,30

Balço - a 31/12/2018 – Município		
		Divida na totalidade
Dividas a Terceiros - de Médio e Longo Prazo		
	Empréstimos de médio e longo prazo	10 813 743,13 €
	Fornecedores cc	- €
	SubTotal	10 813 743,13 €
Dividas a terceiros Curto Prazo		
	Fornecedores conta corrente	217 728,71 €
	Fornecedores imobilizado	20 958,03 €
	Estado e Outros Entes Públicos	69 698,03 €
	Credores pela execução do Orçamento	- €
	Administração Autárquica	- €
	Outros Credores	1 428 979,68 €
	SubTotal	1 737 364,45 €
	TOTAL Balço	12 551 107,58 €
	Operações de Tesouraria	720 061,03 €
	FAM	78 269,25 €
	Total divida de operações orçamentais Município	11 752 777,30 €
	% da divida para o limite máximo	59,32%
	% da divida como referência a média das receitas	88,98%
	Total dividas das entidades	32 069,22 €
	Total divida do Município + Participadas à data de 31/12/2018	11 784 846,52 €
	% da divida Total para o limite máximo	59,48%
	% da divida como referência a média das receitas	89,22%
	Margem Positiva	8 028 390,78 €
		1 460 192,56 €
	Artigo 52º Lei 73/2013 (20% Margem)	13 972 467,05 €
		2 187 620,53 €



Por outro lado, com as sucessivas alterações legislativas impostas pelas várias Leis do Orçamento de Estado, e respetivas normas de execução orçamental, bem como com a entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, designada como a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), o controlo da dívida de curto prazo e dos respetivos atrasos de pagamento do Município continuam a assumir particular relevância no contexto global da gestão da dívida.

A dívida total de operações orçamentais do Município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Face ao exposto e de acordo com o resumo da conjuntura legal apresentado, justifica-se a análise do endividamento nos termos a seguir apresentados devendo ter-se presente que o Município de Vale de Cambra cumpriu aquele pressuposto.

Tendo presente a alteração à Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, que cria o Programa de Apoio à Economia Local, a aplicação do Plano é suspensa a partir da data da verificação do cumprimento do limite da dívida total, previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, voltando o Plano a vigorar em caso de incumprimento do referido limite.

Conforme pode ser aferido pelos dados vertidos no presente Relatório e Contas, o Município de Vale de Cambra cumpriu, em 2018, o limite da dívida total, pelo que as medidas impostas pelo PAEL se encontram suspensas.



Município de Vale de Cambra

2

0

1

8

Proposta de aplicação do RLE



5. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Com base nas imposições do ponto 2.7.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e alterações, o valor do Resultado Líquido do Exercício é transferido para o exercício seguinte, para a conta Resultados Transitados (conta 59). E se o saldo da conta 59 for positivo, o seu valor pode ser repartido para reforço do património e para constituição ou reforço de reservas.

Em conformidade com as demonstrações financeiras apresentadas, foi apurado um **Resultado Líquido positivo** no valor de **2.604.881,60 €**.

Considerando que o valor do Património já atingiu o limite mínimo de 20% do Ativo Líquido, conforme estabelecido no ponto 2.7.3.4 do POCAL, o Órgão Executivo propõe a seguinte distribuição de resultados:

Reserva Legal – 130.244,08€ (5% do Resultado Líquido do Exercício)

Resultados Transitados – 2.474.637,52€.



Município de Vale de Cambra

2

0

1

8

Análise Económico-Financeira



6. Análise Económico-Financeira

6.1 – Balanço

O Balanço e o sistema contabilístico vão ao encontro do previsto no POCAL, refletindo a situação patrimonial municipal em 31 de dezembro de 2018.

O quadro seguinte representa a estrutura e a evolução patrimonial do Município em 2018, bem como a comparação com o ano de 2017.

QUADRO N.º 1 – ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO

DESCRIÇÃO	Un.: Euros (€)					
	2017		2018		VARIAÇÃO	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Total Ativo	85 874 587,87		88 340 104,33		2 465 516,46	2,87%
Imobilizado	79 783 539,79	92,91%	80 349 442,08	90,95%	565 902,29	0,71%
Circulante						
Existências	213 022,15	0,25%	220 635,46	0,25%	7 613,31	3,57%
Dívidas de Terceiros Curto Prazo	355 148,77	0,41%	1 479 097,60	1,67%	1 123 948,83	316,47%
Disponibilidades	5 241 661,79	6,10%	5 872 964,97	6,65%	631 303,18	12,04%
Acréscimos e Diferimentos	281 215,37	0,33%	417 964,22	0,47%	136 748,85	48,63%
Fundos Próprios	53 449 053,23		56 488 216,95		3 039 163,72	5,69%
Património	20 811 649,64	38,94%	20 811 649,64	36,84%	0,00	0,00%
Ajustamento de Partes de Capital Em Empresas	980 334,79	1,83%	973 103,68	1,72%	-7 231,11	-0,74%
Reservas Legais	1 720 490,22	3,22%	1 850 811,24	3,28%	130 321,02	7,57%
Subsídios	317 785,24	0,59%	317 785,24	0,56%	0,00	-%
Doações	219 708,39	0,41%	224 108,39	0,40%	4 400,00	2,00%
Resultados Transitados	26 792 664,37	50,13%	29 705 877,16	52,59%	2 913 212,79	10,87%
Resultado Líquido do Exercício	2 606 420,58	4,88%	2 604 881,60	4,61%	-1 538,98	-0,06%
Passivo	32 425 534,64		31 851 887,55		-573 647,09	-1,77%
Provisões para Riscos e Encargos	1 167 739,80	3,60%	786 519,79	2,47%	-381 220,01	-32,65%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	10 816 262,36	33,36%	10 004 957,75	31,41%	-811 304,61	-7,50%
FAM – médio e longo prazo	339 164,57	1,05%	52 180,00	0,16%	-286 984,57	-84,62%
Dívidas a Terceiros Curto Prazo	2 393 671,95	7,38%	2 493 970,00	7,83%	100 298,05	4,19%
Acréscimos e Diferimentos	17 708 695,96	54,61%	18 514 260,01	58,13%	805 564,05	4,55%
Total Fundos Próprios e Passivo	85 874 587,87		88 340 104,50		2 465 516,63	2,87%



O ativo líquido registou no final de 2018 um aumento de 2,87%.

O aumento verificado nas dívidas de terceiros de curto prazo (1.123.948,83€), diz respeito a valores a receber da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., em 31.12.2018. São financiamentos que o Município recebeu em 2019 mas que são relacionados com obras cujos Autos já foram faturados em 2018 e que se encontram no final do ano registados na contabilidade em Imobilizado em curso.

Em anexo (anexo 2) constam declarações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 22/2015, de 17 de março.

O ativo circulante, constituído pelas existências, dívidas de terceiros de curto prazo e disponibilidades, regista em 2018 um aumento no valor das existências e nos valores a receber de Outros Devedores.

A observância dos princípios contabilísticos definidos no POCAL na elaboração das demonstrações financeiras, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos Acréscimos e Diferimentos e justificam a evolução desta conta no ativo.

O Passivo totalizou a importância de 31.851.887,38€, registando uma diminuição relativamente ao ano anterior no valor de 573.647,26€.

Para esta diminuição do Passivo contribuíram a amortização dos empréstimos verificada em 2018, a redução dos montantes anuais a realizar pelo Município de Vale de Cambra para o FAM (com a alteração do artigo 19º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, introduzida pelo Orçamento de Estado para 2018), e principalmente, as provisões para processos judiciais em curso (ver desenvolvimento das provisões no ponto 8.2.27 do Relatório).



Os acréscimos e diferimentos de natureza passiva estão igualmente sujeitos ao princípio da especialização dos exercícios. Têm lugar sempre que no exercício económico se relevam custos ou se processam receitas, em que as despesas e os proveitos, respetivamente, respeitem a períodos subsequentes.

Em 2018 os acréscimos e diferimentos refletidos no passivo correspondem a :

- Custos com Remunerações a Liquidar no exercício de 2019 (525.447,73€);
- Outros acréscimos de custos (200.513,53€);
- Subsídios obtidos por conta de investimento realizado (17.788.298,75€).

Relativamente aos fundos próprios estes totalizaram no final de 2018 o valor de 56.488.216,95€, valor superior em 5,69% face ao verificado no exercício anterior, o que se deveu essencialmente a variação na conta 59 – Resultados Transitados (2.913.212,79€).

Mais esclarecimentos sobre os movimentos destas contas no ponto 8.2.28 deste Relatório.

6.2 – Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados adequa-se ao previsto no POCAL, apresentando os resultados das operações económicas da atividade do Município ao longo do exercício económico de 2018. Os custos e as perdas e os proveitos e os ganhos são classificados de acordo com a respetiva natureza, originando resultados operacionais, financeiros, extraordinários e líquidos.

A Demonstração de Resultados é elaborada tendo em conta o Princípio Contabilístico da Especialização do Exercício, em que os custos são reconhecidos no exercício económico em que são reconhecidos os proveitos.

Como se pode verificar pela estrutura e evolução dos resultados do Município que se apresenta no quadro a seguir, o Resultado Líquido do Exercício apresenta, em 2018, uma diminuição face ao ano transato, com um montante de 2.604.881,60€.



Verificou-se um aumento de 3,58% nos proveitos face a 2017, bem como um aumento de 4,32% nos custos e perdas.

QUADRO N.º 2- ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS DO MUNICÍPIO

Un.: Euros (€)

DESCRIÇÃO	2017		2018		VARIÇÃO	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Custos e Perdas (E)	12 752 383,50		13 303 444,73		551 061,23	4,32%
Total dos Custos Operacionais (A)	12 394 681,35	97,20%	12 941 591,78	97,28%	546 910,43	4,41%
Total dos Custos Financeiros (C)	156 176,23	1,22%	175 720,39	1,32%	19 544,16	12,51%
Total dos Custos Extraordinários	201 525,92	1,58%	186 132,56	1,40%	-15 393,36	-7,64%
Resultado Líquido do Exercício	2 606 420,58		2 604 881,60		-1 538,98	-0,06%
Proveitos e Ganhos (F)	15 358 804,08		15 908 326,33		549 522,25	3,58%
Total dos Proveitos Operacionais (B)	13 837 909,62	90,10%	14 332 863,86	90,10%	494 954,24	3,58%
Total dos Proveitos Financeiros (D)	68 609,13	0,45%	61 812,98	0,39%	-6 796,15	-9,91%
Total dos Proveitos Extraordinários	1 452 285,33	9,46%	1 513 649,49	9,51%	61 364,16	4,23%
Resultados Operacionais (B-A)	1 443 228,27		1 391 272,08		-51 956,19	-3,60%
Resultados Financeiros (D-C)	-87 567,10		-113 907,41		-26 340,31	30,08%
Resultados Correntes (B+D)-(A+C)	1 355 661,17		1 277 364,67		-78 296,50	-5,78%

Como resultado da atividade municipal desenvolvida ao longo do ano de 2018, verifica-se um resultado líquido positivo, originário de um total de proveitos de 15.908.326,33€ e de custos incorridos de 13.303.444.73€.

Como se pode verificar, as atividades operacionais e correntes contribuem na formação desse ganho, com um resultado de 1.391.272,08€ e 1.277.364,67€, respetivamente.

Verifica-se pois, que tanto do lado dos custos como do lado dos proveitos, são os operacionais os que mais influenciam, com um peso percentual de 97,28% e 90,10%, respetivamente.

Em 2018, os resultados financeiros fixaram-se em (-) 113.907,41€, cujo valor conjugado com o resultado operacional justifica um resultado corrente de 1.277.364,67€.



Município de Vale de Cambra

2

0

1

8

Análise Orçamental



7. Análise Orçamental

Tendo por fim o cumprimento dos princípios preconizados no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e alterações, pretende-se com o seguinte capítulo revelar os elementos relativos à atividade financeira e patrimonial do Município, durante o ano de 2018.

Assim, apresenta-se tanto a evolução da situação económico-financeira, como a execução do orçamento no que diz respeito aos aspetos mais relevantes da atividade financeira, em ambos os domínios: receitas e despesas.

Procede-se também a uma análise da evolução dos custos e proveitos, os resultados do exercício e o endividamento líquido tal como a situação financeira do Município, tendo por base os registos existentes e os indicadores de gestão financeira apropriados à análise do Balanço e da Demonstração de Resultados.

A análise que se efetua possui a sua sustentação nos elementos apresentados nos diversos documentos de prestação de contas, devidamente evidenciados nos quadros e gráficos que se seguem.

7.1 - Execução Global do Orçamento

Para uma melhor compreensão da dinâmica da execução orçamental apresenta-se de seguida uma análise comparativa entre os valores finais, executados e respetivos desvios, da receita e da despesa, o que permite a avaliação da fiabilidade do Orçamento do Município, bem como a capacidade financeira da sua execução em função do montante arrecadado.

A estrutura orçamental firma-se em receitas correntes e receitas de capital, que suportam de igual modo diferentes tipologias de despesa, e está sujeita ao princípio do equilíbrio orçamental, sempre numa perspetiva de otimização da receita angariada, face às necessidades de despesa existentes.

As taxas de execução da despesa referem-se a obrigações efetivamente pagas e não a



despesas com a totalidade dos compromissos assumidos, no exercício de 2018. Sendo que a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva.

QUADRO N.º 3 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2018

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO		TAXA DE EXECUÇÃO (b)/(a)
	FINAL (a)	VALOR (b)	DESVIO (b)-(a)	
1 – Saldo da Gerência Anterior	4 531 239,01 €	4 531 239,01 €	0,00 €	100,00%
Receitas Correntes	13 216 410,40 €	13 672 376,31 €	455 965,91 €	103,45%
Receitas de Capital	4 533 789,60 €	1 449 210,69 €	-3 084 578,91 €	31,96%
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
2 – Total de Receitas	22 281 439,01 €	19 652 826,01 €	-2 628 613,00 €	88,20%
Despesas Correntes	11 109 760,75 €	9 749 607,16 €	-1 360 153,59 €	87,76%
Despesas de Capital	11 171 678,26 €	4 750 314,91 €	-6 421 363,35 €	42,52%
3 – Total de Despesas	22 281 439,01 €	14 499 922,07 €	-7 781 516,94 €	65,08%

Da análise efetuada verifica-se que o total do Orçamento final para o exercício foi de 22.281.439,01€, sendo o total da receita cobrada (incluindo saldo de gerência anterior) de 19.652.826,01€ e o total da despesa paga de 14.499.922,07€.

O valor total da despesa paga corresponde a um valor que ultrapassa os 14 milhões de euros, o que se traduz num índice de realização do orçamento da despesa de 65,08%, para 2018.

A taxa de execução das despesas de investimento ascendeu a 42,52%, tendo superado os 4 milhões de euros. Já as despesas correntes apresentaram um peso de 87,76%, o que determina que sejam estas as despesas que mais convergem para a execução orçamental.

As receitas correntes apresentam uma execução de 103,45%, o que significa que do total de 13.216.410,40€ previstos arrecadar foram cobrados 13.672.376,31€, originando um desvio de (+) 455.965,91€.



No que se referem às receitas de capital, para uma previsão final de 4.533.789,60€ apenas se arrecadou 1.449.210,69€, ou seja 31,96% face ao valor previsto, gerando um desvio de (-) 3.084.578,91€.

O desvio verificado deve-se, sobretudo, à diferença apurada na rubrica das vendas de bens de investimento e nas transferências de capital, que terminaram o ano com uma taxa de execução aquém do inicialmente previsto.

7.2 - Modificações e Revisões ao Orçamento

No decorrer dos exercícios económicos são geralmente realizadas modificações orçamentais que originam acertos aos valores inicialmente previstos, por via do reforço ou anulação das respetivas dotações. No respeitante ao exercício de 2018 ocorreram dezoito modificações ao orçamento, nos termos a seguir identificados:

QUADRO N.º 4 – NATUREZA DAS MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DE 2018

	MODIFICAÇÕES	REVISÕES
Orçamento da Despesa	17	1
Orçamento da Receita	1	1
Plano Plurianual de Investimentos	13	1
Plano de Atividades Municipais	14	1

Un.: Número

Dispondo a informação relativa às modificações orçamentais por grupos em que se agregam quer os reforços, quer as anulações a que estiveram sujeitas as diferentes rubricas económicas da despesa e da receita autárquica, analisa-se de seguida o comportamento das respetivas dotações orçamentais ao longo do ano de 2018, face aos consecutivos ajustamentos das previsões às realizações então executadas.

**QUADRO N.º 5 – MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA DE 2018**

Un.: Euros (€)

RUBRICAS	DOTAÇÃO INICIAL		MODIFICAÇÕES E REVISÕES		DOTAÇÃO FINAL	
	Valor	%	Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Valor	%
Despesas Correntes	10 668 680,75 €	48,21%	2 766 820,00 €	2 325 740,00 €	11 109 760,75 €	49,86%
01 Despesas com o pessoal	4 473 841,00 €	20,22%	342 700,00 €	581 500,00 €	4 235 041,00 €	19,01%
02 Aquisição de bens e serviços	4 109 339,75 €	18,57%	1 764 920,00 €	1 525 720,00 €	4 348 539,75 €	19,52%
03 Juros e outros encargos	132 300,00 €	0,60%	48 000,00 €	14 900,00 €	165 400,00 €	0,74%
04 Transferências correntes	1 062 200,00 €	4,80%	342 900,00 €	15 400,00 €	1 389 700,00 €	6,24%
06 Outras despesas correntes	891 000,00 €	4,03%	268 300,00 €	188 220,00 €	971 080,00 €	4,36%
Despesas de Capital	11 459 319,25 €	51,79%	5 441 460,01 €	5 729 101,00 €	11 171 678,26 €	50,14%
07 Aquisição de bens de capital	10 253 850,00 €	46,34%	5 372 439,01 €	5 625 101,00 €	10 001 188,01 €	44,89%
08 Transferências de capital	197 050,00 €	0,89%	69 020,00 €	42 000,00 €	224 070,00 €	1,01%
09 Ativos financeiros	78 419,25 €	0,35%	1,00 €	0,00 €	78 420,25 €	0,35%
10 Passivos financeiros	930 000,00 €	4,20%	0,00 €	62 000,00 €	868 000,00 €	3,90%
Total	22 128 000,00 €	100,00%	8 208 280,01 €	8 054 841,00 €	22 281 439,01 €	100,00%

Do exposto no quadro anterior verifica-se que em consequência das alterações realizadas ao orçamento da despesa para o exercício económico em análise, foram executados reforços no valor de 8.208.280,01€, que tiveram como contrapartida a diminuição das dotações de algumas das rubricas que se encontravam excessivamente dotadas, no montante total de 8.054.841,00€.

Conclui-se ainda que, da leitura dos números apresentados no mesmo quadro verifica-se que houve necessidade de um reforço orçamental de 153.439,01€, resultado da variação do valor global do orçamento inicial face ao orçamento final.

As despesas correntes apresentaram um aumento de 441.080,00€.

Ainda relativamente às despesas de capital, para além das prováveis implicações que os diferentes reforços e diminuições contêm no orçamento da despesa, tiveram obrigatoriamente reflexos no Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais, determinando por isso modificações e também revisões naqueles documentos.



Nas rubricas do orçamento da receita foram realizadas uma modificação e uma revisão durante o exercício de 2018, como a seguir se apresenta:

QUADRO N.º 6 – MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA DE 2018

Un.: Euros (€)

RUBRICAS	DOTAÇÃO INICIAL		REVISÕES		DOTAÇÃO FINAL	
	Valor	%	Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Valor	%
Receitas Correntes	13 216 410,40 €	59,73%	0,00 €	0,00 €	13 216 410,40 €	59,32%
01 Impostos diretos	3 734 150,00 €	16,88%	0,00 €	0,00 €	3 734 150,00 €	16,76%
02 Impostos indiretos	169 258,26 €	0,76%	0,00 €	0,00 €	169 258,26 €	0,76%
04 Taxas, multas e outras penalidades	334 550,00 €	1,51%	0,00 €	0,00 €	334 550,00 €	1,50%
05 Rendimentos de propriedade	678 050,00 €	3,06%	0,00 €	0,00 €	678 050,00 €	3,04%
06 Transferências correntes	6 645 902,14 €	30,03%	0,00 €	0,00 €	6 645 902,14 €	29,83%
07 Venda de bens e serviços correntes	1 445 400,00 €	6,53%	0,00 €	0,00 €	1 445 400,00 €	6,49%
08 Outras receitas correntes	209 100,00 €	0,94%	0,00 €	0,00 €	209 100,00 €	0,94%
Receitas de Capital	8 911 589,60 €	40,27%	5 486 239,01 €	5 332 800,00 €	9 065 028,61 €	40,68%
09 Vendas de bens de investimento	1 176 750,00 €	5,32%	0,00 €	0,00 €	1 176 750,00 €	5,28%
10 Transferências de capital	7 684 739,60 €	34,73%	0,00 €	5 332 800,00 €	2 351 939,60 €	10,56%
12 Passivos Financeiros	0,00 €	0,00%	955 000,00 €	0,00 €	955 000,00 €	4,29%
13 Outras receitas de capital	50 100,00 €	0,23%	0,00 €	0,00 €	50 100,00 €	0,22%
16 Saldo da gerência anterior	0,00 €	0,00%	4 531 239,01 €	0,00 €	4 531 239,01 €	20,34%
Total	22 128 000,00 €	100,00%	5 486 239,01 €	5 332 800,00 €	22 281 439,01 €	100,00%

A revisão ao orçamento da receita teve por finalidade a incorporação do saldo transitado da gerência anterior, no montante de 4.531.239,01€, como reforço da receita orçada. Já a alteração da modificação deveu-se a um conjunto de diminuições que totalizaram 5.332.800,00€, uma vez que as dotações das rubricas modificadas revelaram-se elevadas face às necessidades previstas até ao final do ano de 2018.

7.3 - Execução do Orçamento da Receita

No quadro e gráfico que a seguir se apresentam observam-se os valores da receita executada ao longo dos quatro últimos exercícios.

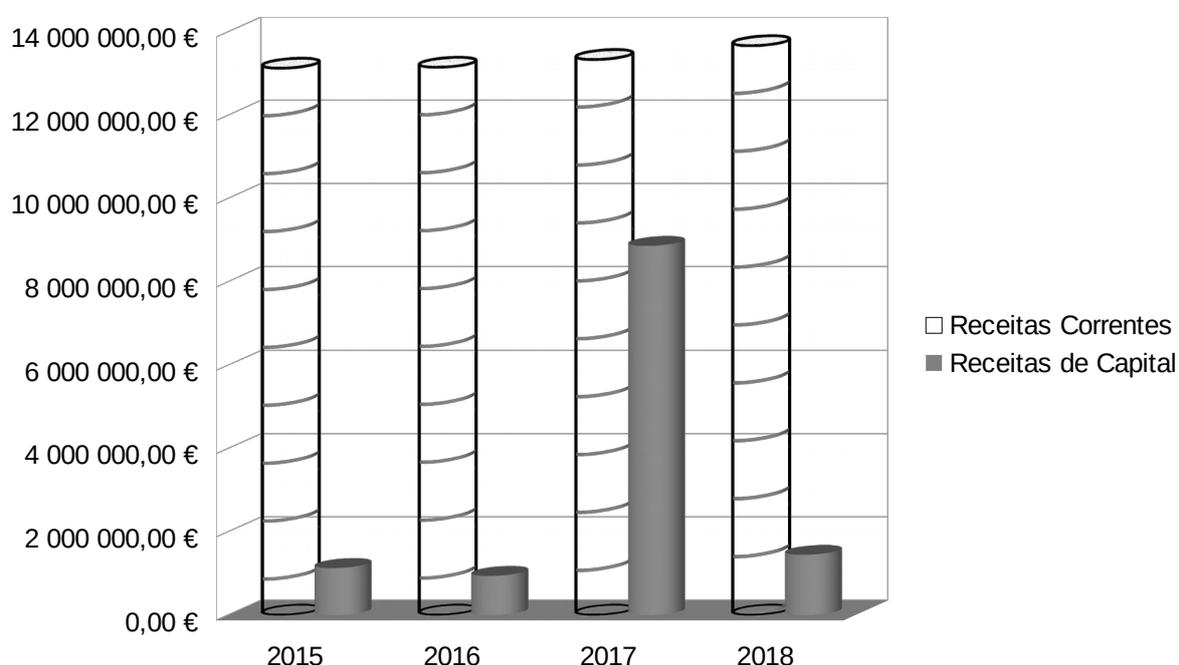


QUADRO N.º 7 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA DE 2015 a 2018

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2015		2016		2017		2018	
	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%
Receitas Correntes	13 131 905,28 €	92,08%	13 154 554,67 €	93,32%	13 340 014,65 €	60,08%	13 672 376,31 €	90,42%
Receitas de Capital	1 130 260,72 €	7,92%	942 238,70 €	6,68%	8 864 172,30 €	39,92%	1 449 210,69 €	9,58%
Total	14 262 166,00 €	100,00%	14 096 793,37 €	100,00%	22 204 186,95 €	100,00%	15 121 587,00 €	100,00%

GRÁFICO N.º 1 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA DE 2018



A execução da receita para o ano de 2018 foi de 15.121.587,00€, dos quais 13.672.376,31€ dizem respeito ao montante das receitas correntes e 1.449.210,69€ correspondem às receitas de capital executadas.

O montante da receita total cobrada registou uma taxa de execução de 88,20%, face às previsões corrigidas.



Observando-se a totalidade das receitas, verifica-se que as receitas correntes apresentam uma maior expressividade face às receitas de capital, correspondendo a um peso de 90,42% e 9,58%, respetivamente.

Da análise realizada aos dados presentes no quadro n.º 7 verificamos que a receita total arrecadada pelo Município reflete uma tendência de crescimento positiva.

QUADRO N.º 8 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA POR CLASSIFICAÇÃO

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA ARRECADADA			
	2015	2016	2017	2018
Impostos Diretos	3 867 152,88 €	3 908 161,85 €	3 876 430,66 €	4 067 164,48 €
Impostos Indiretos	134 000,86 €	169 888,46 €	195 823,88 €	202 502,25 €
Taxas, Multas e Outras Penalidades	316 021,13 €	312 083,53 €	345 291,96 €	329 221,15 €
Rendimentos de Propriedade	661 641,97 €	693 123,01 €	698 043,47 €	681 365,59 €
Transferências Correntes	6 516 617,29 €	6 479 600,09 €	6 588 745,26 €	6 613 364,60 €
Venda de Bens e Serviços Correntes	1 433 380,19 €	1 444 929,57 €	1 462 702,25 €	1 609 902,76 €
Outras Receitas Correntes	203 090,96 €	146 768,16 €	172 977,17 €	168 855,48 €
Venda de Bens de Investimento	77 317,50 €	166 950,00 €	241 789,36 €	165 784,38 €
Transferências de Capital	1 012 217,34 €	654 957,71 €	1 103 226,98 €	1 283 426,31 €
Passivos Financeiros	0,00 €	0,00 €	7 492 325,00 €	0,00 €
Outras Receitas de Capital	40 725,88 €	120 330,99 €	26 830,96 €	0,00 €
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Saldo da Gerência Anterior	1 783 386,51 €	2 580 438,13 €	3 640 672,29 €	4 531 239,01 €
Total	16 045 552,51 €	16 677 231,50 €	25 844 859,24 €	19 652 826,01 €



GRÁFICO N.º 2 – EXECUÇÃO DA RECEITA CORRENTE EM 2018

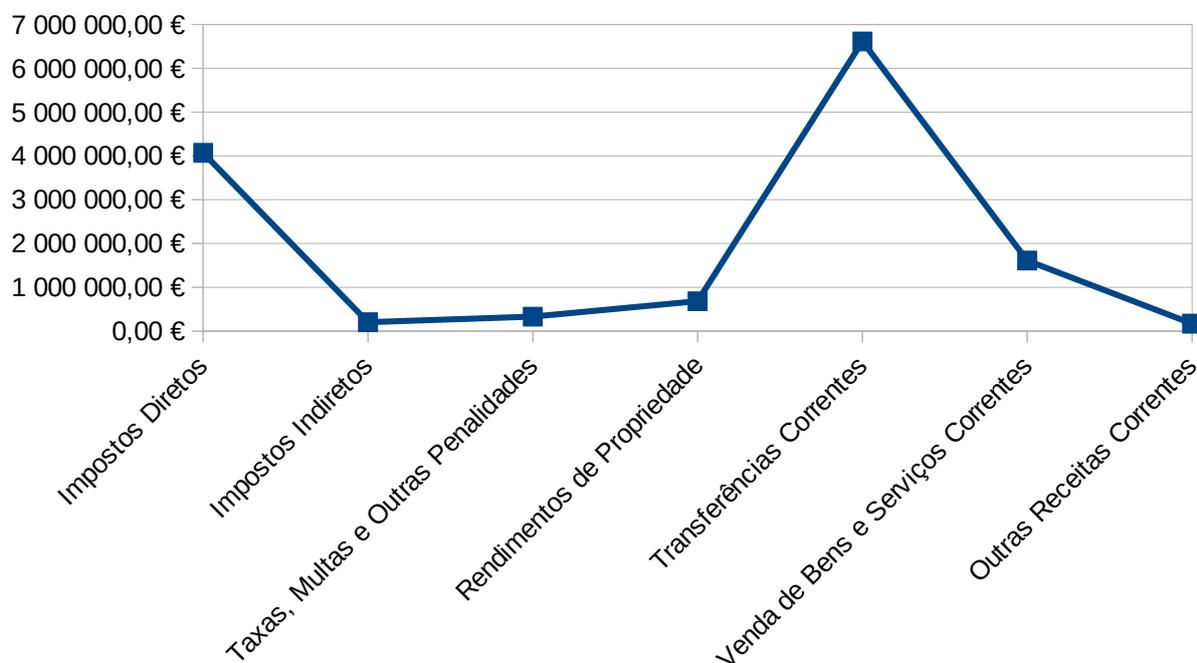
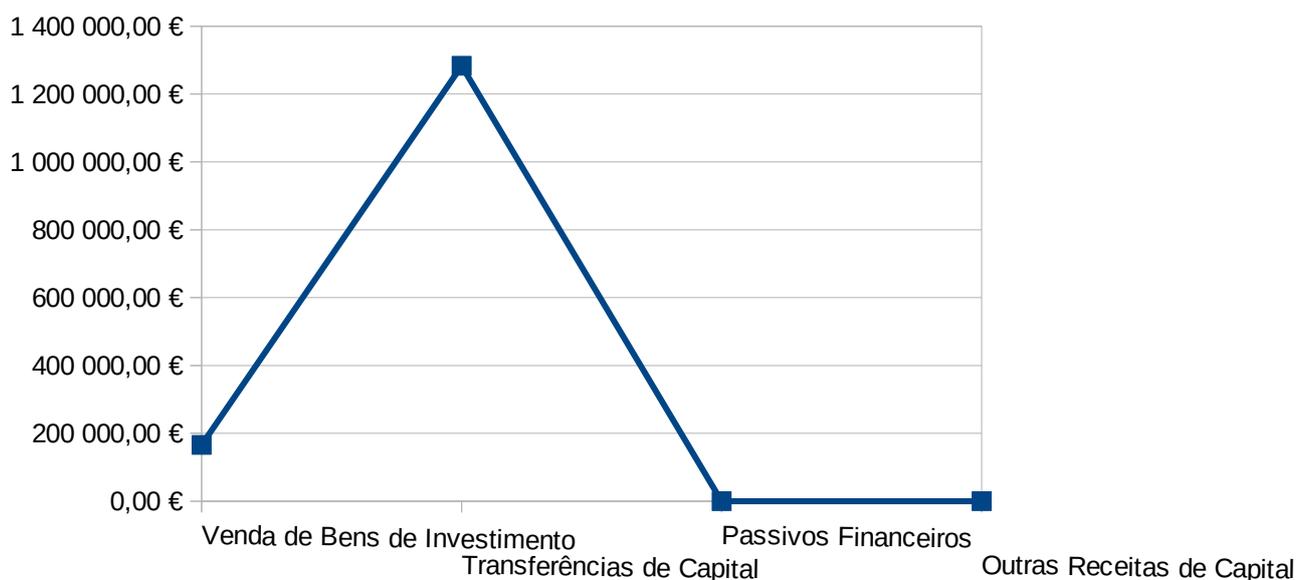


GRÁFICO N.º 3 – EXECUÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL EM 2017





Da análise ao conjunto de receitas arrecadadas, conforme se apresentam nos gráficos anteriores e no quadro n.º 8, é possível verificar que as receitas próprias do Município, resultantes dos impostos diretos, impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, venda de bens e prestações de serviços e outras receitas correntes, representam um montante muito significativo, atingindo o valor de 7.059.011,71€. Ainda assim, as transferências correntes e de capital são tidas como essenciais na arrecadação da receita do Município, alcançando em 2018 os montantes de 6.613.314,60€ e 1.283.426,31€, respetivamente.

No conjunto das receitas próprias, os impostos diretos são a rubrica que apresentam maior expressividade, dado que atingem 4.067.164,48€ na gerência de 2018, seguindo-se a venda de bens e prestações de serviços correntes, com 1.609.902,76€.

A venda de bens de investimento resultaram numa taxa de execução de 14,09%, em 2018, resultado do peso da execução no valor de 165.784,38€ face ao montante previsto de 1.176.750,00€.

Relativamente às transferências de capital recebidas em 2018, apresentadas no quadro em análise, verifica-se um aumento das mesmas face à gerência anterior, resultado da operacionalização do quadro comunitário Portugal 2020.

Podemos concluir ainda que, excluindo-se o saldo da gerência anterior, a receita bruta cobrada em 2018 alcançou o valor de 15.121.587,00€, reiterando-se, à semelhança do que vinha acontecendo nos exercícios económicos anteriores, a primazia das receitas correntes em relação às receitas de capital, bem por força dos impostos diretos e principalmente das transferências correntes.

7.4 - Execução do Orçamento da Despesa

A despesa paga encontra-se associada à capacidade de solvência do Município, a qual é traduzida nas disponibilidades de tesouraria até 31 de dezembro de cada exercício económico. Tal representa não só a despesa do ano, como a despesa transitada de anos anteriores e que seja paga no ano económico em questão.



Neste sentido e face à responsabilidade das autarquias locais em dar resposta a diversos serviços públicos da maior necessidade para as nossas populações, como são exemplo a educação, desporto, cultura, ação social, ordenamento do território, desenvolvimento

regional, procurando que estes mesmos serviços orientados para os cidadãos sejam prestados com qualidade, transparência e eficiência.

Atendendo à realização destes objetivos, os Municípios têm-se deparado, nos anos passados, com dificuldades financeiras, resultantes em alguns casos da redução das transferências provenientes do orçamento de Estado e da forte quebra das receitas próprias, obrigando a um ajustamento que passou pela redução estrutural da despesa pública municipal, através de um rigoroso controlo dos gastos, quer ao nível das despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências e subsídios atribuídos.

Assim sendo, procede-se, neste capítulo, a uma análise da despesa executada, identificando-se, por um lado, o destino privilegiado das despesas correntes ou de capital e por outro, a sua natureza, despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências, entre outras.

QUADRO N.º 9 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA DE 2015 a 2018

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2015		2016		2017		2018	
	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%
Despesas Correntes	9 462 632,58 €	70,28%	8 576 955,44 €	65,79%	9 235 617,93 €	43,33%	9 749 607,16 €	67,24%
Despesas de Capital	4 002 481,80 €	29,72%	4 459 603,77 €	34,21%	12 078 002,30 €	56,67%	4 750 314,91 €	32,76%
Total	13 465 114,38 €	100,00%	13 036 559,21 €	100,00%	21 313 620,23 €	100,00%	14 499 922,07 €	100,00%

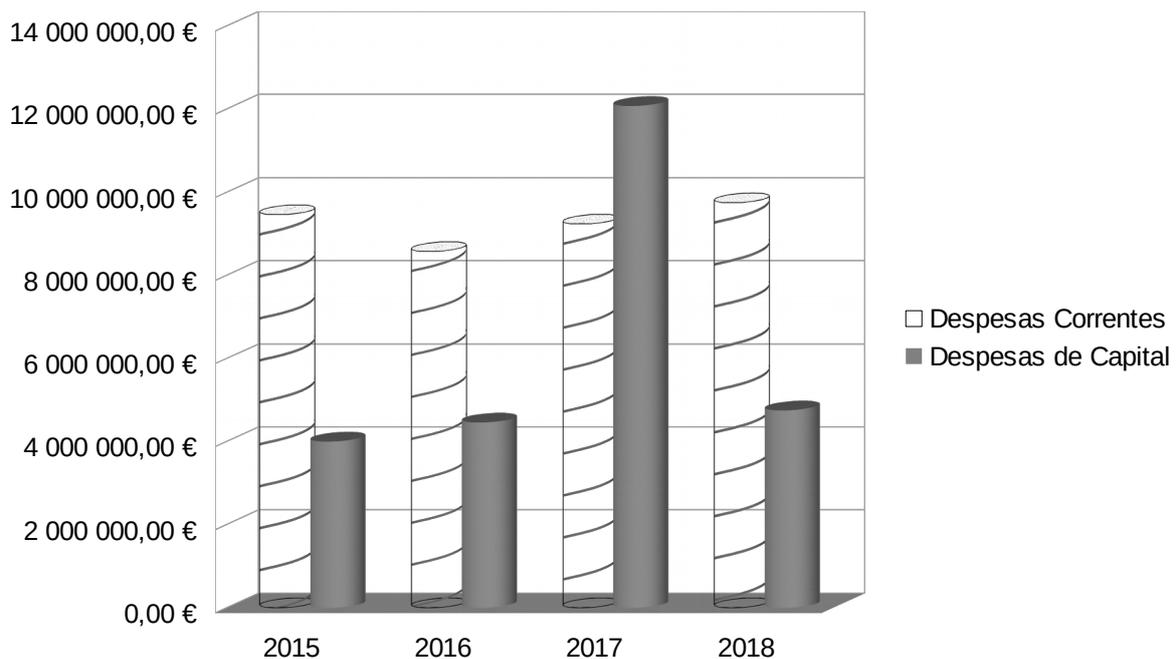
Uma análise à evolução global da despesa paga, no período de 2015 a 2018, permite observar o aumento de despesas correntes pagas face a 2017, sendo que a diferença principal está na diminuição drástica de pagamento de despesas de capital, tendo presente que o volume desses pagamentos em 2017 derivou em grande parte do pagamento do parque de estacionamento subterrâneo.



Conclui-se, com recurso ao quadro n.º 9, que a despesa paga em 2018 se cifrou em 14.499.922,07€, apresentando uma diminuição, relativamente a 2017, de 6.313.698,16€. Analisando o global da despesa realizada, verificou-se uma taxa de execução de 65,08% em relação ao valor total previsto de 22.281.439,01€, para o exercício de 2018.

Da análise aos montantes previsionais, face à execução da natureza da despesa concluímos que a despesa corrente, com um valor previsional de 11.109.760,75€, contribuiu com um peso de 87,76% para o maior rigor da previsão orçamental. Já a despesa de capital, com uma previsão de execução de 11.171.678,26€, alcançou um grau de execução de 42,52%.

GRÁFICO N.º 4 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA DE 2015 a 2018



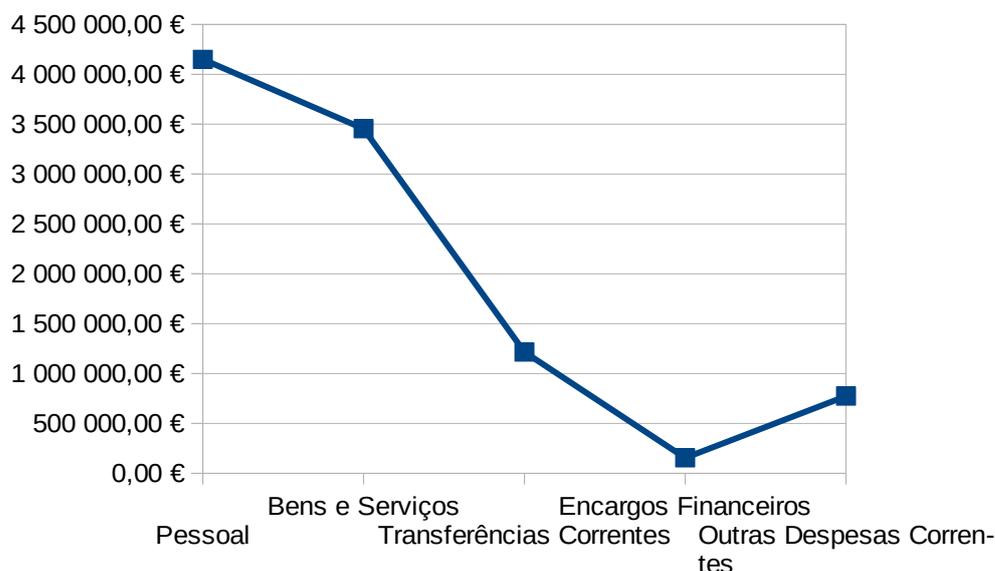
Do montante total de despesa executada, 9.749.607,16€ correspondem a despesas de natureza corrente e 4.750.314,91€ respeitam a despesas de capital, representando um peso de 67,24% e 32,76%, respetivamente.

**QUADRO N.º 10 – EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA 2015-2018 POR CLASSIFICAÇÃO**

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA PAGA			
	2015	2016	2017	2018
Pessoal	3 929 769,14 €	3 925 256,39 €	4 068 442,80 €	4 149 745,84 €
Bens e Serviços	3 361 521,48 €	2 985 582,81 €	3 151 743,90 €	3 454 292,76 €
Transferências Correntes	1 041 337,57 €	982 492,10 €	1 005 814,37 €	1 215 965,59 €
Encargos Financeiros	164 625,49 €	103 832,67 €	123 180,84 €	155 265,90 €
Outras Despesas Correntes	965 378,90 €	579 791,47 €	886 436,02 €	774 337,07 €
Investimentos	1 497 417,21 €	2 236 870,87 €	10 466 063,39 €	3 624 795,36 €
Transferências de Capital	176 939,49 €	98 156,00 €	105 255,21 €	179 542,94 €
Ativos Financeiros	104 358,00 €	104 359,00 €	104 359,00 €	78 270,25 €
Passivos Financeiros	2 223 767,10 €	2 020 217,90 €	1 402 324,70 €	867 706,36 €
Total	13 465 114,38 €	13 036 559,21 €	21 313 620,23 €	14 499 922,07 €

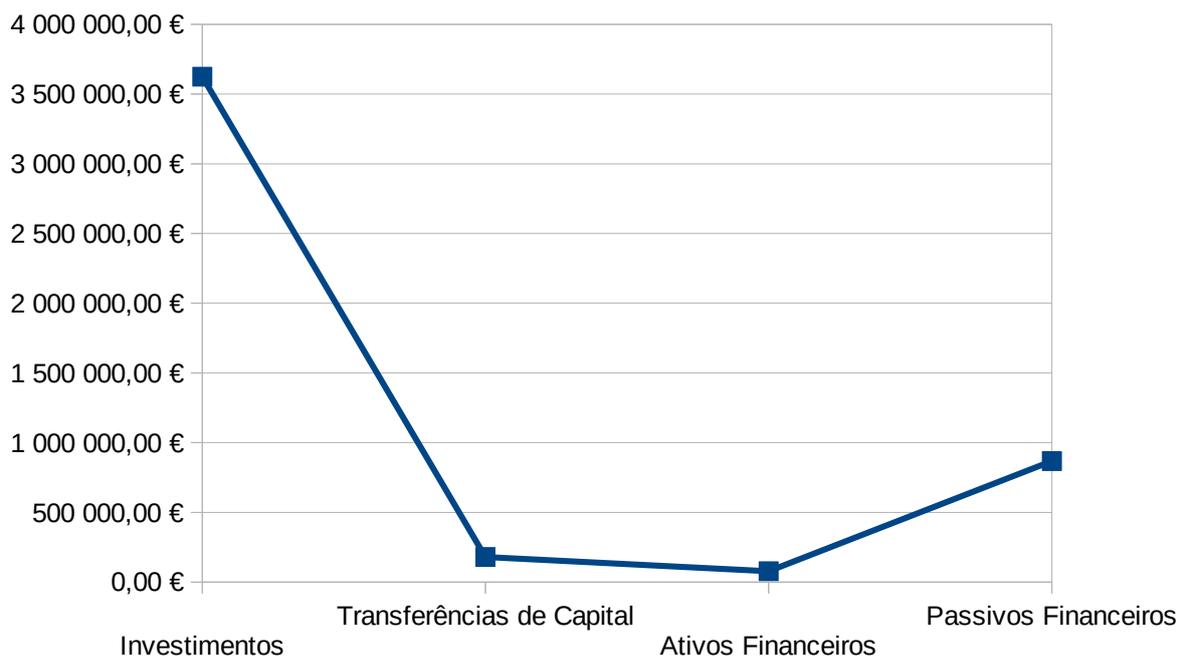
Da análise do quadro anterior podemos observar que as despesas de funcionamento, isto é, despesas representativas do gasto necessário ao normal funcionamento da atividade do Município onde se incluem as despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes, atingiram o valor total de 8.378.375,67 €, o que se traduz num peso de 57,80% face ao montante de despesa paga no ano de 2018.

GRÁFICO N.º 5 – EXECUÇÃO DA DESPESA CORRENTE EM 2018



No que se refere às despesas de capital, onde se introduzem os investimentos, as transferências de capital, os ativos e passivos financeiros, são as despesas com os passivos financeiros e a aquisição de bens de capital que têm maior relevância para o Município, pagando-se 867.706,36€ e 3.624.795,36€, respetivamente, do total da despesa orçada para o exercício em análise, conforme execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI). Saliencia-se que as despesas relativas à rubrica de investimento sobem de forma acentuada face a 2016, descendo relativamente a 2017 pois nesse ano efetuou-se o pagamento do parque de estacionamento subterrâneo.

GRÁFICO N.º 6 – EXECUÇÃO DA DESPESA DE CAPITAL EM 2018





7.5 - Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano integram a estrutura do planeamento económico e social do Município, e fundamentam a orientação estratégica da política de desenvolvimento económico e social, suportada em dois documentos distintos, o *Plano Plurianual de Investimentos* (PPI) e o *Plano de Atividades Municipal* (PAM).

O quadro que de seguida se apresenta facilita a análise estrutural detalhada das despesas de capital, no que se referem às funções e sub-funções realizadas de acordo com os objetivos e programas aprovados no PPI (documento que se nos afigura como sendo o principal eixo de orientação estratégica municipal) revelando o peso de cada função bem como a sua execução para esta conta de gerência.

**QUADRO N.º 11 – EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO ANO DE 2018**

Un.: Euros (€)

OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	DOTAÇÃO FINAL	EXECUÇÃO	%
1.	Funções Gerais	1 237 659,26 €	634 104,26 €	51,23%
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	1 159 109,26 €	634 104,26 €	54,71%
1.1.1.	Administração Geral	1 159 109,26 €	634 104,26 €	54,71%
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	78 550,00 €	0,00 €	0,00%
1.2.1.	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	78 550,00 €	0,00 €	0,00%
2.	Funções Sociais	8 908 999,00 €	2 035 951,11 €	22,85%
2.1.	Educação	2 537 200,00 €	566 553,09 €	22,33%
2.1.1.	Ensino Não Superior	2 537 200,00 €	566 553,09 €	22,33%
2.3.	Segurança e Ação Social	177 350,00 €	0,00 €	0,00%
2.3.2.	Ação Social	177 350,00 €	0,00 €	0,00%
2.4.	Habituação e Serviços Coletivos	4 005 249,00 €	951 378,45 €	23,75%
2.4.2.	Ordenamento do Território	350 149,00 €	91 978,03 €	26,27%
2.4.3.	Saneamento	1 391 050,00 €	426 309,20 €	30,65%
2.4.4.	Abastecimento de Água	2 213 850,00 €	426 313,18 €	19,26%
2.4.6.	Proteção Meio Ambiente e Conservação Natureza	50 200,00 €	6 778,04 €	13,50%
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	2 189 200,00 €	518 019,57 €	23,66%
2.5.1.	Cultura	2 112 150,00 €	502 394,82 €	23,79%
2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer	77 050,00 €	15 624,75 €	20,28%
3.	Funções Económicas	4 201 700,00 €	1 033 010,24 €	24,59%
3.2.	Indústria e Energia	556 100,00 €	102 368,85 €	18,41%
3.2.0.	Indústria e Energia	556 100,00 €	102 368,85 €	18,41%
3.3.	Transportes e Comunicações	1 240 100,00 €	378 794,10 €	30,55%
3.3.1.	Transportes Rodoviários	1 240 100,00 €	378 794,10 €	30,55%
3.4.	Comércio e Turismo	2 405 500,00 €	551 847,29 €	22,94%
3.4.1.	Mercados e Feiras	326 000,00 €	305 335,16 €	93,66%
3.4.2.	Turismo	2 079 500,00 €	246 512,13 €	11,85%
Total		14 348 358,26 €	3 703 065,61 €	25,81%

Constata-se, pela observação do quadro anterior, que as funções gerais e as funções económicas são as que maior grau de execução têm relativamente aos montantes executados pelo Município, com uma percentagem acima de 51% e 25%, respetivamente.



As funções sociais são as funções financeiramente mais representativas em 2018, sendo que dentro destas a que apresenta maior relevância, com um valor executado de 951.378,45€, são as funções inerentes aos serviços de Habitação e Serviços Coletivos.

De seguida, são as funções económicas com um montante de execução alcançado, no exercício económico em análise, de 1.033.010,34€ que maior relevância apresentam nas funções gerais.

7.6 - Serviço da Dívida

Com o objetivo de avaliar, também numa perspetiva orçamental, o peso dos encargos decorrentes do endividamento de médio e longo prazo, nomeadamente com juros e respetivas amortizações, no total da despesa e receita autárquica, apresenta-se o quadro seguinte. Este espelha a evolução do serviço da dívida nos últimos quatro anos, considerando juros e amortizações de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pelo Município de Vale de Cambra.

QUADRO N.º 12 – EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA

Un.: Euros (€)

	2015	2016	2017	2018
Juros	96 402,97 €	69 608,33 €	123 172,05 €	155 265,90 €
Amortizações	2 223 767,10 €	2 020 217,90 €	1 402 324,70 €	867 706,36 €
Total	2 320 170,07 €	2 089 826,23 €	1 525 496,75 €	1 022 972,26 €
Dívida ML prazo	7 611 667,09 €	5 591 449,19 €	11 681 449,49 €	10 813 743,13 €

Os indicadores do serviço da dívida refletem o comportamento identificado em sede de análise do endividamento de médio e longo prazo.

Verifica-se uma diminuição das amortizações dos empréstimos com natureza de médio e longo prazo. O aumento de juros contrário à diminuição de amortização de capital está relacionado com o período de carência de capital concedido nos dois empréstimos contratados em 2017 para pagamento à VCP.

Pelos motivos já sobejamente referidos no decurso do presente relatório, a dívida de médio e longo prazo deste município diminuiu 867.706,36€.



7.7 - Estrutura Orçamental – Rácios

A execução orçamental e do plano refletem a estratégia da gestão municipal, passível de ser descrita através de um conjunto de indicadores, que se apresentam de seguida.

QUADRO N.º 13 – RÁCIOS ORÇAMENTAIS

	2017	2018
Rácios da Receita		
Impostos Diretos / Receitas Correntes	29,06%	29,75%
Transferências Correntes / Receitas Correntes	49,39%	48,37%
Venda de Bens e Serviços / Receitas Correntes	10,96%	11,77%
Receitas Correntes / Receitas Totais	51,62%	69,57%
Receitas de Capital / Receitas Totais	34,30%	7,37%
Rácios da Despesa		
Pessoal / Despesas Correntes	44,05%	42,56%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesas Correntes	34,13%	35,43%
Investimentos / Despesas de Capital	76,32%	77,95%
Passivos Financeiros / Despesas de Capital	11,61%	18,27%
Despesas Correntes / Despesas Totais	43,33%	67,24%
Despesas de Capital / Despesas Totais	56,67%	32,76%
Rácios Financeiros		
Pessoal / Receitas Correntes	30,50%	30,35%
Amortizações + Juros MLP / Receitas Totais	5,90%	5,21%
Receitas Correntes / Despesas Correntes	144,44%	140,24%
Receitas de Capital / Despesas de Capital	73,39%	30,51%

Nota:

A rubrica de receitas totais inclui o saldo da gerência anterior.

Da análise realizada sobre os rácios orçamentais, constata-se o cumprimento do Princípio do Equilíbrio Orçamental, consagrado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro

(POCAL) e alterações. Em termos de execução do orçamento de 2018, as receitas correntes apresentaram um montante superior às despesas correntes.

Verifica-se o cumprimento do previsto no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, dado que a receita corrente bruta cobrada em 2018 é superior em 2.900.617,96€ à soma



da despesa corrente paga em 2018 com as amortizações médias dos empréstimos, conforme se pode verificar de seguida:

Receita Corrente Bruta Cobrada 2018	13 672 376,31 €
Despesa Corrente Paga 2018	9 749 607,16 €
Amortizações Médias Empréstimos	1 022 151,19 €
Total	10 771 758,35 €
Diferença	2 900 617,96 €

7.8 - Resumo dos Fluxos de Caixa

O mapa de fluxos de caixa refletem os recebimento e pagamentos ocorridos no exercício de 2018 estando associados à execução do orçamento e às demais operações não orçamentais (operações de tesouraria), neste documento são demonstrados os respetivos saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, desagregados de acordo com a sua origem.

As operações de tesouraria são operações de entrada e saída de fundos sem implicações orçamentais, que os serviços municipais efetuam para terceiros, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

O quadro que se segue apresenta uma síntese dos movimentos dos fluxos de caixa ocorridos ao longo do exercício económico de 2018.



QUADRO N.º 14 – COMPARAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA

Recebimentos	
Saldo da Gerência Anterior	5 241 661,79 €
Execução Orçamental	4 531 239,01 €
Operações de Tesouraria	710 422,78 €
Receitas Orçamentais	15 121 587,00 €
Correntes	13 672 376,31 €
Capital	1 449 210,69 €
Outras	0,00 €
Operações de Tesouraria	1 091 680,26 €
Total	21 454 929,05 €
Pagamentos	
Despesas Orçamentais	14 499 922,07 €
Correntes	9 749 607,16 €
Capital	4 750 314,91 €
Operações de Tesouraria	1 082 042,01 €
Saldo para a Gerência Seguinte	5 872 964,97 €
Execução Orçamental	5 152 903,94 €
Operações de Tesouraria	720 061,03 €
Total	21 454 929,05 €

Da análise feita aos movimentos financeiros ocorridos na gerência de 2018 podemos concluir que o montante obtido pela poupança orçamental alcançada, no valor de 3.922.769,15€ (diferença entre as receitas orçamentais correntes e as despesas orçamentais correntes), foi utilizado para custear o investimento (despesas de capital).

Conclui-se ainda que:

- As entradas de fundos ascenderam a 16.213.267,26€, sendo 15.121.587,00€ provenientes de receitas orçamentais e 1.091.680,26€ de dotações não orçamentais, isto é, operações de tesouraria.

- Por sua vez, as saídas de fundos somaram 15.581.964,08€, dos quais 14.499.922,07€ resultam de despesas orçamentais, correntes e de capital, e o restante, montante de 1.082.042,01€, de despesas não orçamentais.



Resultado dos movimentos ocorridos entre recebimentos e pagamentos, verifica-se que o saldo a transitar para o exercício económico de 2019 fixou-se em 5.872.964,97€, sendo 5.152.903,94€ decorrentes de execução orçamental e 720.061,03€ de operações de tesouraria, refletindo um aumento de 631.303,18€ face ao transitado da gerência anterior.

Poder-se-à repercutir o valor de 5.152.903,94€ no orçamento do exercício contabilístico de 2019, através da realização de uma revisão a este orçamento, de acordo com a legislação em vigor.



Município de Vale de Cambra

2

0

1

8

**Anexos às Demonstrações
Financeiras**



8. Anexos às Demonstrações Financeiras

Introdução

Determina o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e alterações, e Resolução n.º 04/2001 - 2.ª Secção, do Tribunal de Contas, com as alterações introduzidas pela Resolução n.º 26/2013, do Tribunal de Contas, como peça integrante dos documentos de prestação de contas os *Anexos às Demonstrações Financeiras*.

Assim, as notas que se seguem têm como referência a numeração definida no ponto 8 do POCAL, para apresentação das contas, e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da atividade municipal no exercício das suas competências, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações conhecidas na data que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo, conforme definido no ponto 2.4 do POCAL.

As notas que se encontrem omissas não são aplicáveis, ou o conteúdo da sua apresentação não é considerada como informação relevante para a análise das demonstrações financeiras.

Os mapas financeiros foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e previstos no ponto 3.2 do POCAL.



8.1 - Caracterização da Entidade

8.1.1 - Identificação

Designação - Município de Vale de Cambra

NIF - 506735524

Endereço - Apartado 88, 3730-901 Vale de Cambra

CAE - 84113

Regime Financeiro - Autonomia administrativa e financeira

Trabalhadores - 1 de janeiro de 2018 - 193 trabalhadores: 184 CTTI + 7 CM + 2 Outras

Situações

31 de dezembro de 2018 - 199 trabalhadores: 185 CTTI + 5 CTTI

(contrato trabalho termo incerto) + 7 CM + 2 Outras Situações

O Município de Vale de Cambra ocupa uma área de 148,5 km², onde residem 22.864 habitantes (censos de 2011). Este é constituído por 7 freguesias: Arões, Cepelos, Junqueira, Macieira de Cambra, Rôge, São Pedro de Castelões e União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, com um total de 21.396 eleitores inscritos, conforme resultados das últimas eleições para a Assembleia da República em 2015.

8.1.2 - Legislação

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com os critérios e princípios contabilísticos geralmente aceites e preconizados no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro.

8.1.3 - Estrutura Organizacional Efetiva

	Data de Aprovação	Data de Publicação	Diário da República
Organização dos Serviços Municipais	30 de junho de 2014	17 de julho de 2014	2ª Série, nº 136



Para efeitos do número 4 do artigo 29.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, por deliberação de 5 de dezembro de 2017 da Câmara Municipal e por deliberação de 21 de dezembro de 2017 da Assembleia Municipal, foi elaborado o Mapa de Pessoal do Município de Vale de Cambra para o ano de 2018.

Por deliberação de 8 de maio de 2018 da Câmara Municipal e por deliberação de 29 de junho de 2018 da Assembleia Municipal, foi alterado o Mapa de Pessoal do Município de Vale de Cambra para o ano de 2018, tendo em conta o Regulamento da Estrutura da Câmara Municipal de Vale de Cambra, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 136 de 17 de julho de 2014.

O organograma encontra-se em anexo – anexo 3.

8.1.4 - Descrição Sumária das Atividades

A atividade desenvolvida pelo Município de Vale de Cambra está de acordo com as atribuições e competências que lhe estão legalmente conferidas pela legislação em vigor.

8.1.5 - Recursos Humanos

O Órgão Executivo Municipal tem atualmente a seguinte constituição:

- Presidente da Câmara Municipal:

José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva

- Vereadores da Câmara Municipal:

António Alberto Almeida de Matos Gomes

Maria Catarina Lopes Paiva

Daniela Sofia Paiva da Silva

José Alexandre Coutinho Bastos Pinho

José Pedro Vieira Almeida

Nelson da Silva Martins



8.1.6 - Organização Contabilística

Os serviços de contabilidade encontram-se organizados de modo centralizado, na Divisão Administrativa e Financeira, onde todas as operações e registos contabilísticos incorporam a Contabilidade Orçamental e Patrimonial.

Neste sentido e à semelhança do que vem acontecendo, ao longo do ano de 2018, todos os registos e operações contabilísticas foram concretizados num sistema de contabilidade único, integrado e organizado de forma centralizada, procurando o rigoroso cumprimento com as determinações do POCAL.

A aplicação informática utilizada atualmente pelo Município foi desenvolvida pela empresa *Medidata.Net – Sistemas de Informação para Autarquias, S.A.* e é neste sistema que se encontram integradas entre si as diversas aplicações contabilísticas, o que contribui de forma assinalável para a garantia da fiabilidade da informação financeira produzida.

Porém, uma vez que quase todas as áreas onde se verifica a necessidade de utilização de uma aplicação informática específica utilizam software fornecido pela *Medidata*, tal revela-se vantajoso na utilização da base de dados que é comum, mas, por outro lado, cria alguns constrangimentos quando existem erros provenientes de áreas diferentes da contabilidade.

Manteve-se o sistema de controlo de stocks utilizado nos últimos anos. Foram também mantidos os processos inerentes à certificação de Qualidade segundo a norma NP EN ISO 9001:2008 na área financeira.

Não existiu descentralização contabilística propriamente dita, continuando a existir apenas a passagem de guias de receita em postos variados.



8.1.7 - Outras Informações Relevantes

Informação no âmbito das alíneas a), b), c) e d) das notas técnicas ao documento n.º 12, constante da Resolução n.º 4/2001

a) Participação do município nos impostos do Estado – 2018

FEF Corrente – 5.317.318€

FSM – 485.612€

Participação IRS – 562.324€

FEF Capital – 590.813€

b) Montante dos pagamentos relativos a investimentos realizados pelo município, no ano anterior ao da gerência em apreciação – 10.570.422,39€ (conforme execução PPI em 2017)

c) Ações inspetivas realizadas por órgãos de controlo interno desde 2015:

- Inspeção da Autoridade Tributária e Aduaneira (IVA nas atividades mistas do Município) com período de incidência: 2010, 2011 e 2012 - ação inspetiva iniciada em 16 de fevereiro e concluída em 21 abril de 2015.

- Inspeção da Autoridade Tributária e Aduaneira (IVA nas atividades mistas do Município) com período de incidência: 2013, 2014, 2015 e 2016 (janeiro a julho) - ação inspetiva iniciada em 06 de outubro e concluída em 17 de novembro de 2016.

- Inspeção da Inspeção-Geral de Finanças (Controlo do regime relativo ao limite da dívida total de operações orçamentais) com período de incidência de 2017 sem prejuízo do alargamento a períodos anteriores ou subsequentes (Setembro a Dezembro de 2018).

d) No Município de Vale de Cambra não existem empresas públicas municipais em funcionamento. A Associação de Municípios Terras de Santa Maria na qual este município é associado não tem empréstimos em vigor.



8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

8.2.1 - Derrogação das Disposições do POCAL

O POCAL obriga à existência simultânea e coordenada de três sistemas contabilísticos: Orçamental, Patrimonial e de Custos. Relativamente à Contabilidade de Custos esta encontra-se numa fase de implementação, na ótica de uma verdadeira gestão de atividades, por funções, e cujo processo continuará a decorrer no exercício de 2019.

A ausência da Contabilidade de Custos em pleno funcionamento não teve qualquer efeito prático no Balanço e na Demonstração de Resultados ou em qualquer outro mapa de prestação de contas, pelo que a informação neles expressa, reflete a imagem verdadeira e apropriada do Ativo, do Passivo, dos Fundos Próprios e dos Resultados do Município de Vale de Cambra.

As notas que se seguem encontram-se organizadas de acordo com a numeração definida pelo POCAL, no seu ponto 8.

As notas que não sejam aplicáveis ao Município de Vale de Cambra serão omissas.

8.2.2 - Comparabilidade

As demonstrações financeiras de 2018 são comparáveis com as demonstrações financeiras de 2017.

8.2.3 - Critérios Valorimétricos

O Município aplica todos os princípios contabilísticos previstos no POCAL.

Os critérios valorimétricos utilizados foram os consagrados no capítulo 4 do Decreto-Lei n.º54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL) e alterações e as taxas de amortização praticadas foram as permitidas pela Portaria n.º 671/2000 (2ª série), que aprova o CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.



- **8.2.3.1 - Amortizações**

A partir do exercício de 2015, o cálculo das amortizações passou a ser efetuado numa base duodecimal.

- **8.2.3.2 - Imobilizado**

O imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição, sendo que para os ativos desta natureza obtidos a título gratuito foi considerado o valor resultante de avaliação ou o valor patrimonial definido nos termos legais ou, no caso de não existir disposição aplicável, o valor resultante da avaliação seguindo critérios técnicos que se adequem à natureza dos bens. Na impossibilidade de valorização dos bens, os mesmos assumem o valor zero.

- **8.2.3.3 - Investimentos Financeiros**

Investimentos Financeiros constituídos por partes de capital:

- Avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial no caso das *participações*:

Município – Empresa de Cartografia e Sistemas Informação, S.A.;

ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, S.A.;

Conforme referido no ponto 3.1 deste Relatório, verificou-se a extinção da concessão existente entre o Município e a VCP – Parque de Estacionamento de Vale de Cambra, S.A., tendo sido efetuado o pagamento pelo Município àquela entidade no valor de 7.492.325€, durante o ano de 2017. Esta sociedade, na qual o Município detinha uma participação de 49% encerrou o processo de liquidação em 16-07-2018. De acordo com o Relatório de Gestão desta Entidade, “Em reunião do Conselho de Administração, foi decidido atribuir todo o ativo disponível aos acionistas privados, para restituição de capital, uma vez que o Município de Vale de Cambra já tinha sido ressarcido da sua entrada de capital (em espécie), o direito de superfície”.



Dada a sua relevância, foi também aplicado o MEP à *AMTSM - Associação de Municípios Terras de Santa Maria*.

- Avaliação ao custo histórico no caso da participação na:
Lusitaniagas – Companhia de Gás do Centro, S.A.;

- **8.2.3.4 - Existências**

As existências foram valorizadas através do custo de aquisição, de acordo com os registos contabilísticos e respetiva documentação que os suporta. O custo médio ponderado é o método de custeio utilizado para as saídas de armazém.

- **8.2.3.5 - Dívidas de e a Terceiros**

As dívidas de e a terceiros foram expressas pelos valores constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira. As dívidas de cobrança duvidosa correspondem a valores sobre os quais recai a incerteza de cobrança efetiva.

- **8.2.3.6 - Disponibilidades**

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários expressam os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.

- **8.2.3.7 - Impostos e taxas**

Os custos e proveitos são reconhecidos no exercício a que dizem respeito. Em relação aos impostos e taxas, dada a existência de um *gap* de um mês entre o mês de referência e o mês de recebimento, é feito um acréscimo de proveitos dos valores recebidos em janeiro referentes a dezembro.



8.2.7 - Movimentos do Ativo Imobilizado

O Imobilizado líquido do Município aumentou face a 2017 (565.902,29€), totalizando 80.349.442,08€ no final do exercício de 2018.

O Mapa Síntese dos Bens Inventariados consta no anexo 5.

Principais componentes que contribuíram para a variação do Imobilizado Líquido:

Un.: Euros (€)

	SALDO 2018	VARIAÇÃO ANUAL
(+) Imobilizações em Curso	2 208 396 €	745 954 €
(+) Terrenos (Domínio Público)	8 380 577 €	142 752 €
(-) Outras Infraestruturas (DP)	25 715 795 €	-1 298 801 €
(-) Investimentos Financeiros	1 246 419 €	-286 776 €
(+) Equipamento de Transporte	112 448 €	9 005 €
(+) Edifícios e Outras Construções	32 905 280 €	1 120 261 €

Para a variação de Imobilizações em Curso (+ 745 954€) verificada em 2018, contribuíram as obras que se encontram em curso em 31.12.2018, nomeadamente:

- Requalificação da Escola EB 2,3 Dairas – aumento em 2018 de 106.754,58€;
- Remodelação do Mercado Municipal – aumento em 2018 de 305.335,16€;
- Reparação de vias nas ruas da Ladeira, de Miracambra e Costa Anelha – aumento em 2018 de 41.133,30€;
- Asfaltagem de vias nas freguesias de S. Pedro de Castelões, Rôge e Arões – aumento em 2018 de 155.809,40€;
- Reconstrução de muros nas margens do rio Viques, no lugar de Relvas e Via



Lordelo/Codal (junto à Zona Industrial) – aumento em 2018 de 63.043,31€;

- Drenagem de Águas Residuais à zona sul das freguesias de Rôge, Macieira de Cambra e S. Pedro de Castelões - aumento em 2018 de 404.308,12€;

- Abastecimento de Água à zona sul das freguesias de Rôge, Macieira de Cambra e S. Pedro de Castelões - aumento em 2018 de 360.210,33€;

- Via pedonal entre a Avenida Camilo Tavares de Matos, Paços do Concelho e S. Pedro de Castelões – aumento em 2018 de 34.111,00€;

- Execução de rede de percursos pedonais contínuos e livres de obstáculos – aumento em 2018 de 165.267,25€;

- Elaboração de projeto para execução da via pedonal e ciclável ao núcleo de Macieira de Cambra – aumento em 2018 de 29.612,25€.

Obras concluídas em 2018:

- Reabilitação do Edifício da Biblioteca Municipal (473.476,84€);

- Reabilitação da EB1 de Areias (217.183,02€);

- Reabilitação da Escola Básica de Macinhata (285.687,96€);

- Requalificação da Escola Básica da Praça (406.203,82);

- Instalação de redes de Defesa da Floresta contra Incêndios (102.475,50€);

- Edifício Municipal – Gabinetes do Rés do Chão (31,432,74€);

- Reabilitação da cobertura do Centro Cultural de Macieira de Cambra (24.804,00€);

- Obras Acessórias na Zona Industrial Lordelo/Codal (17.797,40€);

- Sinalização Horizontal na rede viária do Município de VC (26.583,74€);

- Elaboração de Cadastro de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (78.402,45€);

- Desassoreamento do Açude Moreira e respetivas condutas de Abastecimento de Água (23.344,20€);

- Pavimentação em ruas da União de freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho (41.693,78€).



Em termos contabilísticos as empreitadas apenas são transferidas para imobilizado firme quando se encontra aprovada a conta final da obra. No final de 2018, existem duas obras a aguardar a aprovação, nomeadamente:

- Reparação de vias nas ruas da Ladeira, de Miracambra e Costa Anelha – valor da empreitada de 158.220,90€;
- Reconstrução de muros nas margens do Rio Vignes no Lugar de Relvas e via Lordelo/Codal – valor da empreitada de 63.043,31€.

Contratos de compra e venda de imóveis realizados em 2018 (os mais relevantes):

Casa Pronta nº 20711/2018

Venda do Lote nº 16A da Zona Industrial Lordelo/Codal (18.500,00€);

Casa Pronta nº 26166/2018

Aquisição da parcela 61 da obra “Parque Urbano/Valorização Ambiental da Envoltente do Rio Vignes – 1ª Fase (2.674,41€);

Casa Pronta nº 34995/2018

Aquisição de 1 Prédio e de 2 parcelas para Equipamento na Zona Industrial de Lordelo/Codal – Taludes/ Quartel e Helipista (84.571,45€);

Oficial Público nº 53/2018 do Município de Vale de Cambra

Aquisição de uma parcela com a área de 1206 m2 “Domínio Público – Vias do Parque da Cidade – parte da parcela 8” (13.726,02€);

Casa Pronta nº 61551/2018

Aquisição da parcela 40 da obra “Parque Urbano/Valorização Ambiental da Envoltente do Rio Vignes – 1ª Fase (23.010,00€).

Em 2018 foram efetuados abates de bens totalmente amortizados, com data de aquisição anterior a 2010, de modo a preparar as contas para o SNC-AP.



Os bens abatidos apresentavam um valor acumulado de valor bruto e amortizações acumuladas de cerca de 873.000€.

Registo de Bens Imóveis

Está em curso o registo na Matriz do Parque de Estacionamento Subterrâneo e Edifício de restauração em nome do Município de Vale de Cambra (o processo deu entrada no Serviço de Finanças de Vale de Cambra).

8.2.8 - Movimentos Desagregados do Ativo Imobilizado

A desagregação do Ativo Imobilizado pelas rubricas de edifícios e Outras Construções e Viaturas encontram-se no Mapa Ativo Bruto e Amortizações e Provisões (anexo 6) e contém a sua descrição, data de aquisição e de reavaliação, valor de aquisição ou outro valor contabilístico, taxas de amortização, amortizações do exercício e acumuladas, alienações, transferências e abates no exercício e os respetivos valores do Ativo Imobilizado. Cada uma das rubricas daqueles mapas encontra-se desagregada de modo a evidenciar a informação legalmente exigível.

8.2.13 - Bens utilizados em regime de Locação Financeira

Em 2018 não existem bens em regime de locação financeira.

8.2.14 - Relação dos bens do Imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade

Em 2018 tornou-se necessária a inserção no Património do Município de ativos afetos aos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, os quais não estavam inventariados.

A ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos efetua um cruzamento entre os ativos reportados pelos serviços operacionais do Município



(Qualidade de Serviço) e os que são reportados pelos serviços financeiros (Reporte de Contas).

Sendo assim foram inseridos e não se encontram valorizados os seguintes bens:

- R19 (Trebilhadoiro);
- Instalações de Tratamento de Burgães, de Gestoso, da Calvela e de Trebilhadoiro;
- Recloração (R15 – Lordelo);
- Captação de Calvela, de Rôge e de Trebilhadoiro;
- ETAR de Calvela;
- Rede em baixa;
- Adutoras;
- Coletores de Águas Residuais;
- Estações Elevatórias da Rua Vale das Cavadas, da Rua Comendador Adelino A. Tavares, da Batalha – Cepelos, da Ponte de Padrastos, da Serração Santa Cruz, da Zona Industrial do Rossio, da Zona Industrial do Rossio – Rua Pedral, da Rua N. Sra da Saúde Arrifana – Codal, da Rua dos Barros, da Rua N. Sra. Desterro, da Rua N. Sra da Graça e da Rua Aldeia de Sandiães.

8.2.15 – Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões

De acordo com as disposições legais constantes do CIBE, não são objeto de amortização os terrenos, bem como alguns dos bens afetos ao domínio público em que é permitida a não amortização nos termos do CIBE.



8.2.16 - Investimentos Financeiros

Nas demonstrações financeiras encontram-se valorizadas pelo MEP as seguintes participações:

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	PARTICIPAÇÃO EM 31.12.2018	%	CAPITAIS PRÓPRIOS A 31.12.2017	CAPITAIS PRÓPRIOS A 31.12.2018	RESULTADO LÍQUIDO A 31.12.2018
Município – Empresa de Cartografia e Sist. Informação, S.A.	26 743,58	0,80%	3 336 854,90	3 342 947,98	6 093,08
ERSUC – Resíduos Sólidos Centro, S.A.	153 721,63	1,13%	47 293 318,00	43 658 508,00	90 068,00
AMTSM – Associação de Municípios Terras de Santa Maria	592 443,11	16,67%	3 642 367,83	3 554 658,70	-87 709,13

A participação abaixo apresentada encontra-se valorizada ao custo histórico:

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	CAPITAL SOCIAL	PARTICIPAÇÃO	%
Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A.	20 500 000,00	3 895,00	0,02%

8.2.22 - Valor Global das Rubricas de Cobrança Duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes no Balanço

Encontram-se registadas em valores a receber brutos, de clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa, 165.457,91€, para os quais estão constituídas provisões no valor de 157.458,20€.

8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantia e cauções prestadas e recibos de cobrança

Ver documentos de prestação de contas n.ºs 9 e 10.



8.2.27 - Provisões e Passivos Contingentes

Conta		Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
291	Provisões para cobranças duvidosas	166 897,41 €	0,00 €	9 439,21 €	157 458,20 €
2921	Provisões para Processos Judiciais em Curso	1 167 739,80 €	268 109,63 €	649 329,63 €	786 519,79 €

Em 2018 verificou-se uma redução nas provisões para cobrança duvidosa a Clientes, Contribuintes e Utentes no valor de 9.439,21€ e uma redução de efeito líquido nas provisões para Processos judiciais em curso no valor de 381.220,01€.

A redução verificada na conta Provisões para Processos Judiciais em Curso (381.220,01€), resulta fundamentalmente da resolução dos Processos nº1023/12.2BEAVR e nº 823/12.8BEAVR.

No âmbito da execução da empreitada “Parque Urbano/valorização Ambiental da Envolvente do Rio Vígues – 2ª Fase”, por deliberação da Câmara de 21.08.2012, a Câmara Municipal de Vale de Cambra decidiu aplicar as sanções previstas na lei, correspondente a 2.894,00€ por dia de atraso da conclusão da obra, notificando o empreiteiro (Alberto Couto Alves, S.A.) do mesmo, resultando a aplicação de sanções contratuais no valor global de 147.594,00€.

A sociedade impugnou judicialmente o ato de aplicação de sanções contratuais pelo Município, através do processo nº 1023/12.2BEAVR, na qual é autora a “Alberto Couto Alves, S.A.” e Réu o Município de Vale de Cambra.

A sociedade intentou outra ação administrativa, Processo nº 823/12.8BEAVR, solicitando ao Município, em relação à mesma obra, o pagamento de trabalhos adicionais, de suprimento de erros e omissões, assim como de sobrecustos da prorrogação do prazo da obra, no montante global de 469.235,62€.

Em 18 de abril de 2018, foi outorgado entre as partes um acordo (Acordo Global), em que a “Alberto Couto Alves, S.A., relativamente ao processo nº 1023/12.2BEAVR, desiste do pedido formulado na ação administrativa na qual é Autora e por sua vez o Município aceita a desistência do pedido”.



Relativamente ao processo nº 823/12.8BEAVR, a Autora “Alberto Couto Alves, S.A., reduz o pedido à quantia de 50.000,00€, e desiste do pedido de condenação de juros de mora e, por sua vez, o Município de Vale de Cambra, desiste integralmente do pedido reconvenicional deduzido, aceita a desistência parcial do pedido pela “Alberto Couto Alves, S.A.”, e assume o pagamento de 50.000,00€ no prazo de 30 dias.

Foi efetuada na contabilidade a redução da provisão constituída para estes processos no valor de 616.829,62€.

É nossa convicção que as provisões constituídas são suficientes face aos processos instaurados contra o Município de Vale de Cambra. De igual forma não é expectável que existam responsabilidades adicionais relevantes com os processos de expropriação em curso.

8.2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 “Fundo Patrimonial” constantes do balanço

Em 2018 verifica-se uma diminuição na conta 55 – Ajustamentos de partes de capital em Empresas no valor de 7.231,11€.

Esta variação deve-se à aplicação do MEP à Associação de Municípios Terras de Santa Maria (variação no valor de (-) 7.231,11€).

Movimentações na conta 59 – Resultados Transitados

O aumento da conta 59 – Resultados Transitados no valor de 2.913.212,79€, refere-se a uma regularização extraordinária de amortizações do bem NI – 25092 - Centro Escolar do Búzio (437.113,22€) e à aplicação do resultado líquido de 2017 (2.476.099,56€), conforme deliberação da Assembleia Municipal.



Quadro resumo com os movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – FUNDO PATRIMONIAL constantes do balanço:

Rubricas	Exercício 2017	Aumentos	Diminuições	Exercício 2018
51. Património	20 811 649,64 €	0,00 €	0,00 €	20 811 649,64 €
55. Ajustamento de partes de capital em empresas	980 334,79 €	0,00 €	7 231,11 €	973 103,68 €
Reservas:				
57.1 Legais	1 720 490,22 €	130 321,02 €	0,00 €	1 850 811,24 €
57.5 Subsídios	317 785,24 €	0,00 €	0,00 €	317 785,24 €
57.6 Doações	219 708,39 €	4 400,00 €	0,00 €	224 108,39 €
59. Resultados Transitados	26 792 664,37 €	2 913 212,79 €	0,00 €	29 705 877,16 €
Sub Total – Classe 5	50 842 632,65 €	3 047 933,81 €	7 231,11 €	53 883 335,35 €
88. Resultado Líquidos	2 606 420,58 €	0,00 €	1 538,98 €	2 604 881,60 €
Total de Fundos Próprios	53 449 053,23 €	3 047 933,81 €	8 770,09 €	56 488 216,95 €

Na conta 57.1 - *Reservas Legais* – O aumento no valor de 130.321,02€ refere-se à aplicação de resultado líquido de 2017, conforme deliberação da Assembleia Municipal.

Na conta 57.6 - *Doações* – O aumento de 4.400,00€, refere-se às seguintes doações:

- 100,00€ da empresa Vicaima - Indústria de Madeiras e Derivados;
- 750,00€ da empresa Inocambra Construções de Aço Inox, Lda, SA;
- 250,00€ da empresa Worthington Cylinders – Emb. Ind. Gás;
- 2000,00€ da empresa Arsopi - Indústrias Metalúrgicas A.S.P. S.A.;
- 500,00€ da empresa Marsilinox, Ind. Metalúrgicas,Lda.;
- 150,00€ da empresa JPM - Automação e Equipamentos Industriais, S.A.
- 50,00€ da empresa Guimauto – M. Ferreira Guimarães & Cia Lda;
- 250,00€ da empresa Inaceinox – Ind. Equipamentos Inoxidáveis, S.A.
- 200,00€ da empresa Tecnocon – Tecnologia e Sistema de Controle, SA;
- 100,00€ da empresa Sopinal – Fábrica de Equipamentos Urbanos, Lda;
- 50,00€ de João Pedro Pereira Lopes.



O Fundo Patrimonial apresentava no final do exercício de 2018 o valor de 56.488.216,95€, dos quais 20.811.649,64€ referentes a património, 973.103,68€ referentes a ajustamentos de Partes de Capital e o restante a Reservas.

8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

	CMVMC	=	Existência Inicial	+	Compras	+	Regularizações	-	Existência Final
32.1	12 593,87	=	0,00	+	12 593,87	+	0,00	-	0,00
36.1	241 751,88	=	213 022,15	+	248 745,62	+	619,57	-	220 635,46

8.2.31 - Demonstração dos Resultados Financeiros

Em anexo – anexo 7.

8.2.32 - Demonstração dos Resultados Extraordinários

Em anexo – anexo 8.

8.3 - Notas sobre o Processo Orçamental e Respetiva Execução

8.3.1.- Modificações ao Orçamento

Durante o exercício económico de 2018 foram efetuadas 18 modificações ao Orçamento, as quais se consubstanciaram em 17 alterações e 1 revisão.

8.3.2 - Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal

No que se reporta ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal, na gerência em análise foram efetuadas:



- Treze alterações ao Plano Plurianual de Investimentos;
- Catorze alterações ao Plano de Atividades Municipal;
- Uma revisão ao Plano de Atividades Municipal, ao Plano Plurianual de Investimentos, ao Orçamento Despesa e de Receita.

(ver documentos de prestação de contas n.ºs 14, 15 e 16).

8.3.3 - Contratação Administrativa – Situação dos Contratos

Ver documento de prestação de contas n.º 17.

8.3.4 - Transferências

Ver documentos de prestação de contas n.ºs 18, 19, 21 e 22.

8.3.6 - Endividamento

Ver documentos de prestação de contas n.ºs 26 e 27.



Município de Vale de Cambra

2

0

1

8

Informações



9 - Informações

9.1 - Redução dos pagamentos em atraso

Na sequência do apuramento dos pagamentos em atraso relativos ao ano de 2018, nos termos do definido no artigo 82º da Lei n.º 114/2017 de 2 de dezembro (Orçamento de Estado para 2018 – OE/2018), verificou-se o cumprimento do legalmente exigido, não existindo pagamentos em atraso.

9.2 - Contrato de empréstimo no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE)

De acordo com comunicação via email da Divisão de Garantias e Empréstimos da Direção Geral de Tesouro e Finanças relativamente ao contrato de empréstimo no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), importa informar que nos termos do n.º 1 da Cláusula Sexta do Contrato de Empréstimo celebrado no âmbito do PREDE, que o SPREAD final para efeitos da determinação da taxa de juro a aplicar se manteve em 0,500%.

Até 2018, o Município está obrigado, nos termos do n.º 5 da referida cláusula, a manter o PMP abaixo do maior dos seguintes valores: o PMP registado em 2013 ou 40 dias.

De acordo com os cálculos efetuados ainda sujeitos a verificação pela DGAL, o PMP de 2018 foi de 9 dias.

9.3 - Subscrição e Realização da participação financeira no Fundo de Apoio Municipal (FAM)

A Lei 53/2014, de 25 de Agosto aprova o Regime Jurídico da Recuperação Financeira Municipal regulamentando o Fundo de Apoio Municipal (FAM). De acordo com o n.º 1 do artigo 17.º dessa mesma Lei, o capital social do FAM é de 650 milhões de euros, sendo



representando por unidades de participação a subscrever, entre outros, por todos os Municípios. A realização do capital social por parte dos Municípios teve início em 2015 e o

Município de Vale de Cambra efetuou nesse ano o pagamento de duas tranches no valor de 52.179,00€ cada uma, o que totalizou 104.358,00€. Em 2016 e 2017, repetiu-se o pagamento efetuado em 2015.

A contribuição para o FAM do Município de Vale de Cambra era, no total, de 730.509,82€, a realizar até 2021. No entanto, e de acordo com a Lei de Orçamento de estado para 2018, o número 5 do artigo 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal regulamentando o Fundo de Apoio Municipal, na sua redação atual, passa a ter a seguinte redação:

“5 - Sem prejuízo do disposto no n.º 1, nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, o valor das prestações anuais a realizar pelo Estado e pelos municípios será reduzido em 25%, 50%, 75 % e 100 %, respetivamente, face ao valor das prestações anuais devidas em 2017, sendo o valor e a distribuição do capital social os previstos nos números 1 e 2 do artigo 17.º, ajustados em conformidade.”

Por conseguinte, a realização do capital para Vale de Cambra foi de 78.270,25€ em 2018, e passa a ser de 52.179,50€ para 2019 e 26.089,75€ para 2020.



Município de Vale de Cambra

2

0

1

8

Anexos



Anexo 1 - Mapa das Participações da Entidade



Anexo 2 – Declarações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei 22/2015, de 17 de março



Anexo 3 - Organograma



Anexo 4 - Mapa do Ativo Bruto



Anexo 5 - Mapa Síntese dos Bens Inventariados



Anexo 6 - Mapa das Amortizações



Anexo 7 – Demonstração dos Resultados Financeiros



Anexo 8 – Demonstração dos Resultados Extraordinários



Anexo 9 – Declaração de Responsabilidade